

POVO LIVRE

ORÇAMENTO DO ESTADO

ESPERAMOS BOA-FÉ DA OPOSIÇÃO

Luís Montenegro encerrou as Jornadas
Parlamentares do PSD e CDS-PP

03 PRESIDENTE

TEMOS CONFIANÇA NA FORÇA DO MULTILATERALISMO

Luís Montenegro defendeu perante a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, uma reforma institucional, com mudanças no Conselho de Segurança, e deixou uma mensagem de esperança e confiança no multilateralismo

13 PARLAMENTO

PS ANDA A ENGANAR O PAÍS

Hugo Soares questiona se “é assim tão difícil” um entendimento num Orçamento do Estado que reduz impostos, acusando o PS de ter enganado os portugueses quanto à possibilidade de negociar medidas

18 REGIONAIS

ANGRA DO HEROÍSMO REVELA “RESPONSABILIDADE” NA DEFESA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

A Coligação PSD, CDS-PP e PPM considera que o Município de Angra do Heroísmo demonstra “responsabilidade acrescida” na defesa do património mundial, ao integrar o Conselho de Administração da Organização das Cidades Património Mundial

RESPONSABILIDADE E LEALDADE

Foi dado um passo importantíssimo para a estratégia de valorização salarial e de crescimento económico pensada pelo Governo AD.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Nada mais perentório e determinante do que as ações para dar (ainda mais) força e coerência às palavras.

O anúncio do Acordo Tripartido 2025-2028 sobre a Valorização Salarial e o Crescimento Económico constitui, por si só, uma inegável vitória para o Governo da AD. De facto, em apenas cinco meses, conseguiu-se o que muitos consideravam impossível, assegurando-se a assinatura por parte da União Geral de Trabalhadores (UGT), da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e da Confederação do Turismo de Portugal (CTP).

Tal só foi possível porque o diálogo estabelecido pelo Governo encontrou nos parceiros a mesma boa-fé, o mesmo sentido de responsabilidade e a mesma lealdade. Quando assim é, aumenta a probabilidade de se alcançarem objetivos ambiciosos que correspondem aos anseios dos portugueses, e este Acordo é bem exemplo disso: o salário mínimo vai subir para 870 euros já no próximo ano, o que representa um aumento de 50 euros, mais 15 euros do que o previsto pelo anterior Governo; serão tomadas medidas para subir o salário médio para 1.890 euros em 2028, antecipando em três anos o objetivo previsto no programa do Governos; serão dados incentivos fiscais para empresas que subam salários, permitindo que deduzam 50% dos seus encargos com esses aumentos em sede de IRC.

Ou seja, como o próprio nome indica, foi dado um passo importantíssimo para a estratégia de valorização salarial e de crescimento económico pensada pelo Governo AD.

Que isto tenha acontecido em pleno contexto de negociação e debate público para o Orçamento de Estado 2025 é, sublinhe-se, de enormíssima relevância.

De facto, a obtenção do referido acordo, e a forma como ele foi negociado, demonstra, à saciedade, o espírito de diálogo franco e construtivo, o sentido de responsabilidade, a lisura e a lealdade que definem a postura do Governo. Sem radicalismos, antes com a consciência de salvaguardar os superiores interesses dos portugueses, que não compreenderão que o País atravesse mais um período de inconstância e indefinição política, sobretudo perante o aumento exponencial da instabilidade internacional em consequência do agravamento da crise no Médio Oriente.

Esta quinta-feira, há uma nova (e derradeira?) reunião entre o Primeiro-Ministro e o líder da oposição, sabendo-se que Luís Montenegro vai apresentar uma proposta para a viabilização do Orçamento de Estado. Os portugueses já perceberam que há, da parte do Governo, um esforço significativo e genuíno para se encontrar uma plataforma de entendimento, sem que isso comprometa ou dilua o que distingue ambas as partes.

Se este sentido de responsabilidade e de lealdade for retribuído, teremos Orçamento para 2025 e daremos oportunidade de um melhor para Portugal e os portugueses. Tenhamos essa esperança.

O PRIMEIRO-MINISTRO NA 79.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

TEMOS CONFIANÇA NA FORÇA DO MULTILATERALISMO

Luís Montenegro defendeu perante a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, uma reforma institucional, com mudanças no Conselho de Segurança, e deixou uma mensagem de esperança e confiança no multilateralismo.





“Numa altura em que em muitas partes do mundo autocracias põem em causa a democracia, temos confiança na força da liberdade. Numa altura em que enfrentamos ameaças à paz, temos confiança na força do multilateralismo e da responsabilidade coletiva”, afirmou.

Num discurso, de 18 minutos, feito em português, no debate geral da 79.ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), dia 26 de setembro, o Primeiro-Ministro realçou que Portugal apoia o Pacto do Futuro impulsionado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, e subscrive o seu entendimento de que “o multilateralismo enfrenta um dilema fundamental: avançar ou colapsar”.

“Não hesitamos. Queremos avançar com a reforma do sistema de governação global para garantir maior representatividade, transparência, justiça e cooperação. Esse é o caminho que nos aponta o Pacto do Futuro: redesenhar a arquitetura fi-

nanceira internacional, promovendo um maior alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável”, acrescentou.

Apresentando Portugal como “defensor intransigente do multilateralismo”, Luís Montenegro declarou: “É com essa confiança no multilateralismo que Portugal, com a continuidade e coerência que caracteriza a nossa política externa, é candidato a um lugar de membro não-permanente do Conselho de Segurança, para o biénio 2027-2028”.

Se for eleito, Portugal quer “trabalhar para prevenir os conflitos, promover um espírito de parceria” e “contribuir para uma ordem internacional mais justa, pacífica e inclusiva, fundada no Direito Internacional e assente na Carta das Nações Unidas”.

Sobre a composição do Conselho de Segurança, Luís Montenegro considerou que “está desatualizada e a ausência de representantes de algumas regiões prejudica o funcionamento”.





“Portugal apoia a posição comum africana e as pretensões do Brasil e da Índia de se tornarem membros permanentes. Os pequenos e médios países, incluindo os pequenos estados insulares, deverão também ver reforçada a sua representatividade”, referiu.

O primeiro-ministro defendeu também que é preciso “redesenhar a arquitetura financeira internacional, promovendo um maior alinhamento com os objetivos de desenvolvimento Sustentável”.

Ao dirigir-se pela primeira vez à Assembleia Geral da ONU, Luís Montenegro salientou “o peso da responsabilidade que recai sobre todos” os representantes dos países-membros desta organização.

Nesta ocasião, elogiou o secretário-geral da ONU, António Guterres, pelo “incansável trabalho” e assegurou-lhe, uma vez mais, “pleno apoio”.

No início da sua intervenção, o Primeiro-Ministro mencionou que “este é o ano em que se comemoram 50 anos de liberdade” em Portugal, o que apontou como um motivo de esperança.

A 79.ª sessão da Assembleia Geral da ONU tem como tema “Não deixar ninguém para trás: agindo juntos para o avanço da paz, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana para as gerações presentes e futuras”.



“A guerra de agressão da Federação Russa contra a Ucrânia constitui uma violação flagrante do direito internacional”

O Primeiro-Ministro condenou, na ONU, “de forma veemente” a Federação Russa pela guerra na Ucrânia, e pediu um cessar de hostilidades em Gaza e negociações para uma solução de dois Estados, sem mencionar diretamente Israel.

Luís Montenegro apontou “Ucrânia, Gaza, Sudão, Mianmar, o Sahel e agora o Líbano” como “exemplos de graves violações de direitos humanos e sofrimento de milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas e as suas famílias”.

Mais à frente, falou em particular sobre a guerra na Ucrânia, iniciada com a invasão russa de 24 de fevereiro de 2022, recordando a posição de Portugal: “A guerra de agressão

da Federação Russa contra a Ucrânia constitui uma violação flagrante do direito internacional, que condenamos de forma veemente”.

O Primeiro-Ministro alertou para “os efeitos negativos desta guerra – crise alimentar, energética e inflacionista – ecoam no mundo inteiro, com maior impacto nas regiões mais frágeis”.

A seguir, o líder do Governo de Portugal manifestou extrema preocupação “com a situação humanitária e a perigosa escalada na região do Médio Oriente” e apelou “à máxima contenção das partes para evitar o aumento da escalada” no Líbano.

Relativamente à Faixa de Gaza,

alvo de bombardeamentos de Israel há quase um ano, na sequência do ataque de 07 de outubro do Hamas, Luís Montenegro começou por se referir a este grupo islamita, que mantém reféns israelitas. “Condenamos firmemente os horríveis ataques terroristas executados pelo Hamas a 07 de outubro de 2023 e exigimos a libertação de todos os reféns”, afirmou.

“Não nos conformamos, igualmente, com o desastre humanitário e o crescimento do número de vítimas civis em Gaza. É imperativo cessar incondicionalmente as hostilidades, garantir a entrada de ajuda humanitária e o respeito pelo direito internacional. É igualmente imperativo

retomar negociações com vista à implementação da solução dos dois Estados – a única que poderá trazer estabilidade à região”, acrescentou.

Luís Montenegro salientou “a consistente presença portuguesa nas operações de paz das Nações Unidas e nas missões da União Europeia, com forças nacionais destacadas em Moçambique, na Somália, no Sudão do Sul, na República Centro-Africana e no Golfo da Guiné”.

Realçou, também, “o contributo da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da União Africana para os esforços de promoção da estabilidade na região”.



Conselho de Segurança deve ser mais ativo nos esforços de contenção de violência

O Primeiro-Ministro apelou ao Conselho de Segurança da ONU que seja ativo para conter a violência no Líbano e defendeu um uso restrito do direito de veto e maior responsabilização deste órgão.

Numa intervenção num debate aberto do Conselho de Segurança sobre liderança para a paz, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, dia 25 de setembro, Luís Montenegro criticou a inação deste órgão em relação a conflitos violentos.

“Enquanto a guerra prossegue, com consequências terríveis dentro e fora da Ucrânia, o Conselho de Segurança tem estado muitas vezes em silêncio. Em relação a Gaza, pouco diz e sempre demasiado tarde. Esperamos que agora na situação do Líbano o Conselho de Segurança possa ser ativo nos esforços de contenção que evitem uma escalada de violência” declarou.

Para o Primeiro-Ministro, este órgão da ONU “encontra-se frequentemente paralisado” pelo “uso indiscriminado do direito de veto” – a

que podem recorrer os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança: Estados Unidos da América, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China.

Luís Montenegro deu eco aos “apelos à restrição do uso do veto” no quadro mais alargado da ONU, que tem 193 países membros, e considerou que é evidente “um consenso crescente sobre a necessidade de restringir o uso do veto, no estrito respeito pela Carta [das Nações Unidas]”.

Além disso, salientou que “a Carta prevê, no artigo 27.º, uma abordagem de boa-fé, em que as partes em litígio devem abster-se de votar”, mas que se tem assistido “a um aumento do uso do veto, bem como a situações em que membros do Conselho se tornam parte de um conflito, sendo simultaneamente juiz e jurado”.

“O direito de veto, à semelhança da assunção de um lugar à mesa do Conselho de Segurança, antes de constituir um privilégio, representa

uma responsabilidade e é assim que deve ser exercido. É também necessário reforçar a responsabilização deste órgão perante a Assembleia Geral e a comunidade internacional”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro referiu que, atualmente, “mesmo quando resoluções são aprovadas, frequentemente ficam por cumprir” e apelou a que, “em Gaza e no Sudão, todas as partes façam o que estiver ao seu alcance para assegurar a implementação das resoluções adotadas por este Conselho”.

Sobre a candidatura portuguesa a um lugar de membro não permanente no Conselho de Segurança em 2027-28, Luís Montenegro afirmou que Portugal quer “trabalhar para restaurar a credibilidade, a relevância e a eficácia” deste órgão, alinhado com a visão do secretário-geral da ONU, António Guterres, tendo “a Carta das Nações Unidas como bússola”, apostando na prevenção e trabalhando com organizações regionais.

A Assembleia Geral elege, todos

os anos, cinco de um total de dez membros não-permanentes para o Conselho de Segurança, que nos termos de uma resolução da ONU são distribuídos da seguinte forma: cinco africanos e asiáticos, um da Europa de Leste, dois da América Latina, dois da Europa Ocidental e outros Estados. A candidatura de Portugal a membro não permanente deste órgão em 2027-28 foi anunciada em 2013 pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. A Alemanha e a Áustria também lançaram candidaturas para o mesmo período. As eleições para os lugares a ocupar nesse biénio irão realizar-se em 2026, ano em que António Guterres terminará o seu segundo mandato de cinco anos como secretário-geral da ONU, lugar ao qual se candidatou proposto por Portugal em 2016, tendo sido reeleito em 2021. Portugal já foi três vezes membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 1979-1980, 1997-1998 e 2011-2012.



Português deve ser língua da ONU

O Primeiro-Ministro elogiou o acordo de mobilidade na CPLP, considerando que tem sido muito favorável a Portugal, e disse esperar conseguir, também com o apoio do Brasil, que o português se torne língua oficial da ONU.

Em entrevista à ONU News, gravada na quarta-feira, 25 de setembro, o chefe do Governo de Portugal explicou que contava “aflorar esses assuntos”, da imigração e da língua portuguesa, com o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, com quem esteve num evento comum na sede da ONU.

Interrogado sobre que balanço faz do acordo de mobilidade na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Luís Montenegro respondeu: “Tem sido, francamente, muito favorável a Portugal o acordo de mobilidade com os países da comunidade lusófona”.

Luís Montenegro chegou na terça-feira à noite aos Estados Unidos da América, onde esteve acompanhado até quinta-feira, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

LUÍS MONTENEGRO EM NEWARK

“LEVO A COMUNIDADE PORTUGUESA NO MEU CORAÇÃO”

Em Newark, no estado de Nova Jér-sia, no fim da deslocação aos Estados Unidos por ocasião da 79.ª sessão da Assembleia-Geral da ONU, na quinta-feira à noite, já de madrugada em Portugal, o Primeiro-Ministro convidou os emigrantes portugueses nos Estados Unidos a investir em Portugal, prometendo-lhes impostos mais baixos, licenciamentos simplificados e menos burocracia.

“Nós precisamos, hoje mais do que nunca, de investimento em Portugal, para podermos ter uma economia mais forte”, declarou Luís Montenegro, durante um encontro com a comunidade portuguesa em Newark, no centenário Sport Club Português, último ponto do programa, imediatamente antes de viajar para Lisboa.

Nesse sentido, o Governo quer “facilitar, incentivar os investimentos que queiram fazer em Portugal”, quer “ajudar aqueles que veem na Europa uma oportunidade de um mercado de mais de 500 milhões de

pessoas, para podermos ser a porta de entrada de muitas empresas de portugueses ou mesmo empresas americanas na Europa”.

Interrogado sobre que facilidades tem para oferecer aos emigrantes que queiram investir em Portugal, respondeu aos jornalistas: “Nós temos um programa que visa simplificar os licenciamentos, que visa tirar burocracia àqueles que desejam fazer uma aposta em Portugal, e temos também uma política fiscal mais atrativa”.

“Se nós juntarmos bons recursos humanos, se nós juntarmos impostos mais baixos, se nós juntarmos maior capacidade de resposta da nossa Administração, nós podemos ser, em primeiro lugar, o destino de muitos investimentos norte-americanos e, em segundo lugar, também uma ponte para que os empresários, sejam portugueses ou sejam mesmo norte-americanos, possam entrar pela Europa e tentar ir à conquista de novos mercados”, acrescentou.





O Primeiro-Ministro já tinha deixado esta mensagem de apelo ao investimento pouco antes, também em Newark, num jantar de gala do CEN-SE – Construction Entrepreneurs Networking Seminar and Education, iniciativa anual que reúne empresários do setor da construção civil e que vai na 10.ª edição, organizada pela empresa luso-americana Media Consult.

“Nós estamos abertos a poder tornar mais fácil e mais ágil, mais flexível, o investimento que vocês também podem fazer no nosso país”, prometeu.

“Acreditem que, se o fizerem, estão, seguramente, também, a ir à procura de bons negócios, a ir à procura de boas opções, de bons investimentos, mas estão também a dar, não tenho dúvidas disso, um elemento de gratidão por aquelas que são as vossas raízes”, argumentou.

Luís Montenegro comentou que “Portugal está na moda”, destacando o peso dos norte-americanos no turismo em Portugal.

“O país precisa de mais recursos humanos, precisa de mais investimento e uma das formas que temos de

promover o país é, precisamente, também levar pessoas a Portugal”, considerou.

O Primeiro-Ministro referiu-se a Portugal como “um país que descobriu grande parte do mundo”, acrescentando: “E hoje nós, como portugueses, queremos que essa parte ou essas partes do mundo descubram Portugal”.

Por outro lado, pediu o contributo dos luso-americanos para que “as empresas portuguesas possam entrar nos Estados Unidos”.

Em Newark, como em Mineola, Long Island, onde esteve na terça-feira à noite, Luís Montenegro disse aos emigrantes que Portugal “está de portas abertas”, se quiserem regressar, e gostaria que as novas gerações de portugueses não precisassem de emigrar. “Agora estou aqui para fechar com chave de ouro esta jornada intensa de trabalho de cerca de 60 horas que, sinceramente, correu muitíssimo bem. E com o conforto de levar a comunidade portuguesa no meu coração”, expressou, prometendo voltar a Newark.



SÓ NÃO HÁ ORÇAMENTO SE NÃO HOUVER BOA-FÉ E LEALDADE DA OPOSIÇÃO



O Presidente do PSD acusa o PS de querer condicionar “80% da margem orçamental” do Governo, rejeitando a falácia de que na negociação do Orçamento do Estado para 2025 só estejam em causa duas medidas ou apenas 1% do documento.

“É altura de dizer de forma serena, tranquila e construtiva que só não vai haver Orçamento se houver uma falha na boa-fé negocial dos dois maiores partidos com representação parlamentar, se não houver lealdade desde o primeiro minuto”, afirmou.

Na terça-feira, 1 de outubro de 2024, na sessão de encerramento das Jor-

nadas Parlamentares do PSD e CD-S-PP, Luís Montenegro referiu que o Executivo dispõe de 2,2 mil milhões de euros de margem orçamental, porém as medidas já aprovadas por PS e Chega no Parlamento, contra a vontade do PSD/CDS-PP, já terão consumido 800 milhões desta margem. “Como é público, o líder do PS quis contribuir com as suas propos-





tas e ideias exigindo a sua viabilização para deixar passar o Orçamento, mais 970 milhões de euros de despesa”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro ressalva que “o PS quer utilizar para o seu programa e para as suas ideias cerca de 80% da margem orçamental que o Governo tem à sua disposição”. “Há alguém no país que acha isto razoável? Isto não faz sentido e tem de ser denunciado”, assinalou.

Luís Montenegro destacou os acordos assinados pelo Governo com vários setores profissionais, assim como o acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico para 2025-2028, entre o Governo, as quatro confederações empresariais e a UGT, para defender que não falta ao Governo capacidade nego-

cial. “Alguém duvida que nós temos capacidade negocial, que nós temos a sensatez e a lucidez de ceder para chegar a um acordo? Alguém duvida desta capacidade? A quem apresenta esta folha de serviço em meio ano?”, questionou.

Luís Montenegro considerou que a “palavra-chave” para o debate político dos próximos tempos deve ser honestidade. “Não, não insistam em querer dizer que este Governo não é um Governo dialogante, não insistam – como tentaram fazer muitas vezes – em dizer que este Governo é arrogante e o Primeiro-Ministro é arrogante. Não, nem é o Governo, nem é o Primeiro-Ministro. (...) Em menos de seis meses de Governo, nós fizemos um acordo com os professores. É pouco? Não sei, em oito anos não

foi feito”, apontou, recordando os acordos alcançados com “PSP, GNR, oficiais de justiça, Forças Armadas, enfermeiros empresários do Alojamento Local ou autarcas”.

Como prova da vontade do Governo em dialogar com as forças políticas quanto ao Orçamento do Estado, o Executivo irá apresentar “aos partidos e em particular ao PS” uma proposta “irrecusável, à luz de princípios como o interesse nacional, a boa-fé ou a responsabilidade”. “A partir daí, cada um assume as suas responsabilidades”, frisou.

Numa intervenção de cerca de meia hora, Luís Montenegro concluiu que o Programa do Governo não foi rejeitado pelo Parlamento, pelo que é preciso “respeitar a vontade do povo”.

PARLAMENTO EUROPEU

PORTUGAL GARANTE PRESIDÊNCIA DA DELEGAÇÃO UE-BRASIL

No 10.º aniversário da criação da delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil, o eurodeputado Hélder Sousa Silva foi eleito, por aclamação, Presidente da delegação União Europeia-Brasil.

Trata-se do quarto Presidente, depois de Paulo Rangel, Fernando Ruas e José Manuel Fernandes terem assumido sucessivamente a presidência entre 2014 e 2024.

“O Brasil é um parceiro estratégico da União Europeia e espero, por isso, uma participação ativa de todos os deputados na promoção da cooperação entre os dois lados do Atlântico. É o quinto maior país do mundo, tem o dobro da área da UE e cerca de metade da sua população, e é, atualmente, a 9.ª economia do planeta. Mas, acima de tudo, é um país amigo da União Europeia e um país irmão de Portugal. Precisamos de dar nova vida à parceria estratégica Europa-Brasil, assinada em 2007 e é urgente relançar o diálogo de alto nível sobre o clima e o ambiente, bem como um diálogo bilateral específico sobre segurança e defesa. Retomar as cimeiras Europa-Brasil, é uma prioridade: não se pode perder mais tempo”, afirmou o

novo Presidente da delegação UE-Brasil, Hélder Sousa Silva.

“A delegação portuguesa do PSD conseguiu todos os seus objetivos: não só ao obter 3 lugares institucionais, designadamente no Brasil, como também a presença em áreas geográficas abrangentes e estratégicas. Obtivemos a presidência da delegação do Brasil, para o eurodeputado Hélder Sousa Silva e duas vice-presidências, respetivamente, na Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e na Delegação para as Relações com a África do Sul, para os deputados Sérgio Humberto e Paulo Nascimento Cabral. De resto, garantimos a presença em delegações que mantêm relações com África, Estados Unidos, Mediterrâneo, China, Índia e Reino Unido.” sublinha o chefe de delegação do PSD no Parlamento Europeu, eurodeputado Paulo Cunha.

A distribuição dos deputados do PSD pelas delegações é a seguinte:

SEBASTIÃO BUGALHO

- Delegação à Assembleia Parlamentar da parceria UE-Reino Unido

PAULO CUNHA

- Delegação à Comissão Parlamentar de Estabilização e Associação UE-Montenegro
- Delegação para as Relações com os Países da América Central, incluindo a Comissão Parlamentar de Associação UE-América Central

HÉLDER SOUSA SILVA

- Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil (Presidente)
- Delegação para as relações com o Mercosul

LÍDIA PEREIRA

- Delegação para as Relações com a República Popular da China
- Delegação para as Relações com a Índia

SÉRGIO HUMBERTO

- Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (1.º Vice-Presidente da comissão permanente para o Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Política Energética, Investigação, Inovação e Tecnologia da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana)
- Delegação à Assembleia Parlamentar África- EU
- Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-México

PAULO DO NASCIMENTO CABRAL

- Delegação para as Relações com os Estados Unidos
- Delegação para as Relações com a África do Sul (1.º Vice-Presidente)
- Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo

PS ANDA A ENGANAR O PAÍS

Hugo Soares questiona se “é assim tão difícil” um entendimento num Orçamento do Estado que reduz impostos, acusando o PS de ter enganado os portugueses quanto à possibilidade de negociar medidas.

“Que diabo, será assim tão difícil entendermo-nos quanto à baixa de impostos? (...) Há alguém no país que não concorde com a redução de impostos?”, interrogou.

Na segunda-feira, 30 de setembro, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares conjuntas entre o PSD e o CDS-PP, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD considerou que “apenas por capricho, ou por tacticismo eleitoral e partidário, ou por falta de capacidade de pôr o interesse nacional acima de qualquer pequeno interesse ou interesse partidário, é que é possível imaginar”

que não haja entendimentos quanto à redução de impostos sobre os mais jovens e sobre as empresas.

“Não deixa de ser curioso que os dois partidos [PS e Chega], que já compuseram no Parlamento uma parte substancial do Orçamento do Estado para 2025, sejam aqueles que mais resistências, para não dizer inflexibilidade total, têm mostrado à viabilização de um Orçamento que eles conhecem”, apontou.

Hugo Soares lembra que o “contrato social” que o Governo firmou com os portugueses visa “baixar a carga fis-

cal sobre os mais jovens e baixar a carga fiscal sobre as empresas”.

Ainda sobre estes dois pontos, o líder parlamentar social-democrata acusou os socialistas de estarem “a enganar o país”. “O PS tem-se oposto radicalmente a estas duas políticas e faz disso finca-pé. (...) Desafio qualquer Polígrafo da nossa praça a demonstrar quando, durante um mês e meio, o PS disse que não havia hipótese de negociação nem de modulação. O PS andou a enganar-nos, a nós e ao país, criando a expectativa de que havia uma hipótese de negociar duas medidas do Pro-

grama do Governo”, disse.

Hugo Soares pediu, por isso, “recato e responsabilidade” para que “tudo aquilo que é ainda possível fazer para salvar uma crise política” e para que o Orçamento do Estado para 2025 possa ser aprovado e “não seja prejudicado pelo ruído mediático ou pelo combate político-partidário”.

As Jornadas Parlamentares do PSD e CDS-PP, que decorrem na Assembleia da República, têm como tema “Um Orçamento do Estado para resolver os problemas das pessoas”.



ESTARREJA INVESTE MEIO MILHÃO DE EUROS PARA PROLONGAR PASSADIÇOS DO ANTUÃ

A Câmara de Estarreja lançou um concurso público para o prolongamento dos passadiços do Antuã até ao acesso à Ilha dos Amores, representando um investimento superior a meio milhão de euros, informou a autarquia do distrito de Aveiro.

O Presidente da Câmara, Diamantino Sabina, explicou que a empreitada visa prolongar os passadiços pelas margens do Antuã, a nascente do centro da cidade, desde o Parque Municipal do Antuã até ao acesso à Ilha dos Amores, com passagem pela antiga Turbina.

O concurso público para os “Pas-

sadiços do Antuã - Conservação de margens e construção de percurso pedonal a nascente do centro da Cidade, no concelho de Estarreja” foi publicado em “Diário da República”, no dia 24 de setembro.

De acordo com o anúncio, a empreitada tem um preço base de 561.194 euros, sendo que o prazo de execu-

ção é de quatro meses.

O caderno de encargos refere que o objetivo é a “valorização da zona a nascente do parque municipal e da cidade de Estarreja, com a construção de novos passadiços, numa extensão total de mais 1085 metros”.

Além da construção do passadiço

em madeira, haverá lugar, previamente, à limpeza das margens do rio Antuã, à recarga da mota das margens esquerda e direita com terra, e à regularização da face superior das motas com “tout-venant” (apenas na margem do passadiço), numa extensão de 1.165 metros.





CASA DE MÚSICA DE AVEIRO ACOLHE ORQUESTRA FILARMONIA DAS BEIRAS

O antigo Centro Cívico de Aradas, em Aveiro, passou a denominar-se Casa de Música, passando a acolher a Orquestra Filarmonia das Beiras.

“O executivo municipal deliberou aprovar o Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Associação Musical das Beiras/Orquestra Filarmonia das Beiras”, anunciou o Município numa nota de imprensa.

Pelo protocolo aprovado em reunião de câmara, “é cedido o requalificado Centro Cívico de Aradas, que passará, desde 1 de outubro [terça-feira], a denominar-se Casa de Música”.

A obra de requalificação do edifício Casa de Música, realizada pela Câmara de Aveiro, implicou um inves-

timento de cerca de um milhão de euros.

Para dar uma nova vida a um espaço destinado à realização de atividades culturais, foi feita a renovação e qualificação das infraestruturas, a readaptação de espaços funcionais e o melhoramento da acessibilidade.

O protocolo envolve ainda o apoio institucional, logístico e financeiro da câmara, no montante anual de 50 mil euros, para a realização das atividades da Associação Musical das Beiras.

Entre estas contam-se concertos, ações de atração de novos públicos, formação orientada para as escolas, espetáculos teatrais com música, óperas e grupos de câmara.

Fundada em 1995, a Associação Musical das Beiras é uma instituição cultural sem fins lucrativos que fornece suporte jurídico à Orquestra Filarmonia das Beiras, atualmente composta por 31 músicos, sendo dirigida pelo maestro Jan Wierzba.

CÂMARA DE LOULÉ APROVA PROPOSTA DO PSD

O PSD/Loulé manifesta a sua satisfação pela aprovação por maioria da proposta de criação de Casas de Função em reunião de Câmara, uma iniciativa crucial para a fixação de profissionais qualificados no concelho, como professores, médicos, polícias e trabalhadores do setor do turismo, entre outros.

João Paulo Sousa, vereador social-democrata, destacou o impacto positivo desta decisão: "A proposta aprovada vai ao encontro das necessidades urgentes de habitação para profissionais essenciais ao desenvolvimento económico e social do concelho. O seu objetivo é reforçar a Estratégia Local de Habitação 2019-2032 e alinhar-se com as diretrizes da Nova Estratégia para a Habitação - 'Construir Portugal', lançada em 2024."

Esta proposta oferece habitação funcional em áreas estratégicas, garan-

tindo a atração e fixação de profissionais que desempenham funções críticas, como na educação, saúde e segurança. "Com esta aprovação, estamos a resolver problemas estruturais que afetam a capacidade do concelho em manter e atrair talentos essenciais para o crescimento e a coesão territorial", afirmou João Paulo Sousa.

Além disso, o vereador destacou que, embora a Estratégia Local de Habitação 2019-2030 mencione a necessidade de atrair e reter profissionais, não contempla Casas de

Função, que são vitais para disponibilizar alojamento temporário a profissionais que se deslocam ao concelho por períodos limitados. "Estas casas são uma solução prática para garantir que profissionais essenciais, como professores ou polícias, tenham onde ficar durante o tempo necessário. Sem elas, corremos o risco de não conseguir atrair esses trabalhadores, comprometendo serviços públicos essenciais", alertou o Vereador.

"A aprovação desta proposta representa um avanço significativo para

responder às necessidades habitacionais temporárias, no sentido de criar condições para que o concelho de Loulé se posicione como um destino atrativo e competitivo, assegurando a qualidade dos serviços públicos prestados", reforça ainda Cláudio Lima, Presidente do PSD/Loulé e Vereador em regime de substituição.

O PSD/Loulé reitera o seu compromisso de "continuar a trabalhar para garantir que tanto os residentes permanentes quanto os profissionais que temporariamente escolhem Loulé para trabalhar tenham acesso a habitação adequada e disponível, contribuindo para a coesão social e o crescimento económico local".



PSD CONFIANTE NOS INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA A ILHA DE SANTA MARIA

A Comissão Política de Ilha (CPI) de Santa Maria do PSD/Açores manifesta-se confiante perante os investimentos previstos para 2025, garantidos pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) aquando da visita estatutária, traçando um balanço positivo.

O dirigente da estrutura, Daniel Gonçalves, considera que, “o compromisso renovado assumido pelo Executivo Regional, prova que a política de José Manuel Bolieiro é a que garante o desenvolvimento sustentável e próximo das pessoas”.

Isto a começar pelo “projeto de infraestruturas completo para o conjunto de todos os bairros do Aeroporto, que parece incomodar quem prefere a questiúncula à verdade inequívoca”, apontou a CPI.

“Este Governo de Coligação fez em quatro anos o que o Partido Socialista não conseguiu em oito”, reite-

rou em comunicado.

“A garantia de uma nova vida para o Parque Habitacional do Aeroporto, a vitalidade do ecossistema espacial de Santa Maria, entre outros projetos de investimento para a Ilha de Santa Maria, são evidências de um Governo empenhado em dar resposta aos anseios desta comunidade”, realçou.

Daniel Gonçalves elencou ainda a reabilitação da rede viária, a proteção da orla costeira, a reabilitação e ampliação da Unidade de Saúde de Vila do Porto, que constituem os “exemplos mais evidentes e pro-

vas indiscutíveis, de que os governantes não vieram à Ilha de mãos vazias, como o PS quis denunciar, numa já habitual incapacidade de autocrítica”.

Ainda este ano, indicou o dirigente da CPI, será instalada a sede da Portugal Space na Antiga Casa do Diretor do Aeroporto, assim como os ensaios de voos suborbitais, “evidências que só os socialistas não aceitam, por lhes custar reconhecer que este era o caminho certo, estimulando o sector privado e protegendo o investimento público”.

Para a estrutura do PSD/Açores da

ilha de Santa, “a aposta de José Manuel Bolieiro para o sector aeroespacial é sinónimo de um paradigma onde a qualidade dos resultados importa mais do que a rapidez com que possam ser alcançados”.

A CPI concluiu o balanço da visita estatutária confiante no rumo que José Manuel Bolieiro definiu para Santa Maria, “na senda de um desenvolvimento que permita garantir um respeito pelo passado, um fortalecimento do presente e confiança no futuro”.



ANGRA DO HEROÍSMO REVELA “RESPONSABILIDADE” NA DEFESA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

O Grupo Municipal da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) considera que o Município de Angra do Heroísmo passou a ter uma “responsabilidade acrescida” na defesa do Património Mundial, ao integrar o Conselho de Administração da Organização das Cidades Património Mundial.



As três forças partidárias consideram “uma mais-valia a eleição de Angra do Heroísmo para este órgão, num reconhecimento da mais antiga cidade portuguesa como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)”.

A deputada municipal do PSD/Açores, Luísa Barcelos, destacou que “ao longo de 40 anos, Angra do Heroísmo tem procurado conservar e preservar o seu legado patrimonial, com forte impacto na própria História do país, num processo de recuperação da cidade, na sequência

do sismo de 80, envolvendo toda a comunidade, assim como equipas especializadas para a salvaguarda do património”.

A título de exemplo, apontou a manutenção da “recuperação do edificado da cidade, decorridos 40 anos, num equilíbrio de conjugação de materiais, volumetrias e cores que, não só respeitem a preservação do Património, mas também confirmam condições de conforto, segurança e modernidade”.

Luísa Barcelos entende, assim, a inclusão do município neste órgão, “traz não só maior visibilidade e notoriedade para a cidade, como tam-



bém contribuir com o seu cunho, de participar, de forma mais ativa e consequente, na elaboração de políticas globais de preservação e conservação do património”.

Desta forma, o Grupo Municipal da Coligação compreende que Angra do Heroísmo “tem igualmente a responsabilidade acrescida servir como exemplo de preservação arquitetónica do Centro Histórico, aliada à atração de visitantes e de residentes”.

Para Luísa Barcelos, este momento compõe “vários desafios, designadamente ao nível dos incentivos fiscais, desde a retoma pela isenção

do pagamento de IMI no centro histórico, ao nível do reordenamento do trânsito urbano e da necessidade de estacionamento”.

Nessa sequência, a deputada municipal social-democrata compreende que com a integração da autarquia no Conselho de Administração da Organização das Cidades Património Mundial se deverá ainda promover a revisitação do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo.

Povo livre

Número 628 • 8 DE OUTUBRO DE 1986 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

Mensagem de Cavaco Silva

UMA DATA A ASSINALAR



Há um ano, em 6 de Outubro de 1985, o PSD venceu as eleições legislativas. Alcançou o seu melhor resultado de sempre a nível nacional concorrendo com listas próprias. Afirmou-se claramente como o maior partido português. É uma data acrescentada a outras que ao longo da história do nosso Partido se foram destacando.

Naquele dia, à nossa esperança, juntámos a nossa certeza — a certeza de que havíamos de conseguir.

O resultado então obtido pelo PSD é tanto mais significativo quanto essas eleições quebraram as fidelidades partidárias tradicionais e produziram o primeiro grande choque no quadro partidário da democracia portuguesa.

As consequências dos abalos sofridos por algumas forças partidárias são bem visíveis e continuarão a fazer-se sentir no futuro.

Em 6 de Outubro de 1985 o Povo Português apoiou o projecto de mudança que lhe propusemos, acolheu favoravelmente o nosso discurso e a prática política que lhe apresentámos. O Povo Português viu no PSD a alternativa ao empobrecimento crescente e à descrença generalizada, o veículo da esperança, do desenvolvimento, do progresso e da justiça social, a força capaz de responder ao desafio da integração de Portugal nas Comunidades Europeias.

A vitória de 6 de Outubro foi também a arrancada decisiva para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro seguinte, em que o PSD reforçou novamente a sua posição, aumentando significativamente o número de presidências de Câmaras, maiorias absolutas e de elementos para os diversos órgãos do poder local.

As eleições de 6 de Outubro de 1985 colocaram o nosso Partido como referencial de estabilidade e de progresso, depositário da confiança e aspirações de grande percentagem dos portugueses.

Na sequência da vitória nas eleições legislativas, assumimos como prometido a responsabilidade de formar Governo. Face aos desenvolvimentos políticos emergentes das eleições formámos um Governo baseado apenas no PSD, sem apoio parlamentar maioritário, que tomou posse em 6 de Novembro e cujo programa foi aprovado pela Assembleia da República em 20 do mesmo mês.

Na cerimónia de posse afirmámos que saberíamos demonstrar pela eficácia da nossa acção, pelo sentido de serviço público e pela isenção da nossa conduta que o Governo serviria os interesses de Portugal. Hoje podemos afirmar que não receamos ser julgados pelos Portugueses por aquilo que temos feito.

O dia 6 de Outubro de 1985 marcou o início de um novo ciclo político na democracia portuguesa. Não é apenas a posição destacada do PSD em relação às outras forças partidárias — é também o desenvolvimento de uma nova linguagem e prática políticas, é a afirmação de uma nova forma de exercer o poder. Governamos em espírito de coesão, definimos claramente os objectivos, temos demonstrado capacidade de decisão e produzimos trabalho. Preparamos cuidadosamente as acções que empreendemos e garantimos a necessária articulação. Orienta-nos a preocupação de em todas as circunstâncias dignificarmos o Estado e o respeito pela coerência, pela isenção, pela competência, rigor e transparência.

O PSD é, graças ao esforço dos seus militantes e simpatizantes, o motor deste novo ciclo político que se vive em Portugal.

Um ano volvido sobre 6 de Outubro de 1985, temos todos o justo direito de reviver, agora com mais fortes razões, a grande alegria que naquele dia vivemos.

Lisboa, 6 de Outubro de 1986

Passa hoje um ano sobre a vitória do PSD nas eleições legislativas de 1985.

O voto de 1985 constituiu uma manifestação clara de inconformismo com a situação existente. Mas foi essencialmente uma afirmação de confiança no PSD. A afirmação de confiança renovada pelos portugueses que apoiaram o Governo do PSD, Cavaco Silva. Sabemos que as dificuldades que nos encontramos não estavam previstas e que a vontade de mudar

sucessivo das questões, respondemos com coragem para enfrentar os problemas por mais difíceis que sejam; ao conformismo, respondemos com a determinação; ao cruzar dos braços, respondemos com a vontade de vencer pelo trabalho; aos apelos, dos Portugueses mais desfavorecidos, respondemos com mais solidariedade, mais justiça social; à política inconsequente e imediata respondemos com a coerência e a dignidade devida aos assuntos de Estado.

Sabemos que a Social-Democracia não é uma realidade estática. É movimento. Há ainda muito caminho por andar. Temos vontade e pressa de o percorrer, apesar de conscientes das dificuldades que nos têm sido levantadas e que porventura vão continuar a sê-lo.

Ao nosso esforço de construção tem alguma oposição respondido com dificuldades ininterruptas, com obstruções sistemáticas.

Poderíamos ter andado mais se a oposição se preocupasse sobretudo com os interesses de Portugal e dos Portugueses.

Estamos tranquilos: Sabemos que na altura própria o Povo Português

que acaba de passar o tempo que o Governo fez o que prometeu. Melhorou o nível de vida dos Portugueses. O Governo cumpriu. Está em curso um novo ciclo em Portugal. Contra a regra do adiar

Conferência de Imprensa assinalou 6 de Outubro

O PSD É UM REFERENCIAL DE ESTABILIDADE POLÍTICA



A Comissão Permanente do PSD concedeu na passada segunda-feira, uma conferência de Imprensa, evocativa da vitória eleitoral de 6 de Outubro de 1985, a que estiveram presentes os presidentes das Comissões Políticas Distritais do Partido. Antes do período de perguntas e respostas, o vice-presidente Correia Afonso leu a declaração que publicamos na íntegra.

judgará uns e outros. É esse julgamento que algumas oposições têm medo.

O Partido Comunista aposta sempre no quanto pior melhor, e, por isso, desespera ao dar-se conta de que em Portugal há um Governo que faz, que resolve, que governa. Não surpreende.

Mas já não se compreende que em matérias fundamentais que têm a ver com o desenvolvimento económico, e com a segurança dos cidadãos e do Estado, alguns partidos da oposição democrática se tenham colocado em sintonia e a reboque do Partido Comunista.

É com preocupação que

constatamos o comportamento de alguns partidos democráticos de oposição, que cristalizaram, e se encontram por isso fechados à realidade do presente e do futuro.

Os Portugueses nada podem esperar dessas oposições que apenas olham o passado, que se deixam tolar por métodos e ideais

ultrapassados e que não compreendem o sentido da modernidade.

Nós, PSD, queremos o progresso e a estabilidade, por isso continuaremos a apoiar o Governo.

Sabemos que só ele é portador de uma ideia para o nosso País; só ele se mostra capaz de promover

Continua na página 10

EDIÇÃO N.º 628 do "Povo Livre" | de 8 de setembro de 1986

"Mensagem de Cavaco Silva: Uma data a assinalar".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os Militantes do Distrito de Viana do Castelo, para as eleições dos Órgãos Distritais a realizar no próximo **dia 9 de novembro de 2024 (sábado), entre as 15H00 e as 19H00**, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais
- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Política Permanente Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
- Delegados de Secção à Assembleia Distrital;

LOCAIS DE VOTO DAS SECÇÕES:

Arcos de Valdevez: C.C. Norte Vez, Rua Nunes de Azevedo n.º 77, cave | 4970-461 AVV

Caminha: Rua José António Cancela, n.º 100 | 4910-203 Lanhas

Melgaço: Rua Dr. Augusto César Esteves, n.º 269 - R/C | 4960-562 Melgaço

Monção: Sede do PSD de Monção: Rua Direita, n.º 117 | 4950-425 Monção

Paredes de Coura: Centro Comercial Coura LJ10, Rua Dr. Albano Barreiros | 4940- 532 Paredes de Coura

Ponte da Barca: Rua Joaquim Moreira de Barros, n.º 4, 1.º Dto | 4980-621 PB

Ponte de Lima: Sede do PSD de Ponte de Lima - Praceta Dr. Vieira de Araújo, 24 | 4990-064 PL

Valença: Avenida S. Teotónio – Edifício Lepanto loja 26 | 4930 – 594 Valença

Viana do Castelo: Rua Tenente-Coronel Afonso do Paço, Lote 1, Loja 46 | 4900-479 VC

V. N. Cerveira: Rua de Santo António, n.º 530, Loja A | 4920 – Vila Nova de Cerveira

Determina-se ainda que:

As Listas candidatas para a Mesa da Assembleia, Comissão Política Permanente, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutária ou legalmente o substitua, na morada da Sede Distrital do PSD, sita na rua Tenente-Coronel Afonso do Paço, Loja 46 – 4900- 479 Viana do Castelo, entre as 20H00 e as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As Listas candidatas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção respetiva, ou a quem estatutária ou legalmente o substitua, na morada acima descrita de cada Concelho, entre as 20H00 e as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá em todas as secções do Distrito, entre as 15H00 e as 19H00.

VEISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distrital e Locais, convoco todas as Assembleias de Secção do PSD do Distrito de Viseu, para reunirem no próximo **dia 2 de novembro de 2024, (sábado), entre as 17 horas e as 19 horas**, nos locais referidos abaixo, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Política Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DO ATO ELEITORAL

Armamar: Salão Paroquial de Armamar, Jardim da Imaculada Conceição - Armamar

Carregal do Sal: Junta de Freguesia - Rua São João de Deus, 27 - Carregal do Sal

Castro Daire: Auditório Municipal Palacete Carrancas, Rua Padre Américo - 3600-132

Cinfães: Junta de Freguesia de Cinfães, Rua Xanana Gusmão - Cinfães

Lamego: Sede do PSD, Avenida 5 de Outubro - Lamego

Mangualde: Estalagem Cruz da Mata, Lugar de Cruz da Mata - Mangualde

Moimenta da Beira: Av. Leodomiro n.º 48 - Alto da Portela – 3620-162 Leomil – Moimenta da Beira

Mortágua: Rua Dr. ° José Lopes Oliveira n.º 2 - 1.º A - 3450-123 Mortágua

O-Nelas: Largo Dr. ° Veiga Simão - Edifício Grão Vasco - 1.º andar - Nelas

Oliveira de Frades: Sede do PSD, Largo José Dinis Vieira - Oliveira de Frades

Penalva do Castelo: Junta de Freguesia da Ínsua, Rua do Lar - Penalva do Castelo

Penedono: Centro de Artes de Sernancelhe, Rua Dr. ° Oliveira Serrão n.º 6 Sernancelhe

Resende: Sede/ PSD - Rua António Caetano de Moura Lote 2 Frente - 4660-212 Resende

São João da Pesqueira: Junta de Freguesia de São João da Pesqueira

Santa Comba Dão: Rua Pinheiro de Ázere, n.º 7 (edifício do Defesa da Beira) - Santa Comba Dão

São Pedro do Sul: Rua Serpa Pinto, n.º 598 1.º - 3660-511 São Pedro do Sul

Sátão: Praça Paulo VI, n.º 11, 2.º andar - Sátão

Sernancelhe: Centro de Artes de Sernancelhe, Rua Dr. Oliveira Serrão n.º 6 - Sernancelhe

Tabuaço: Sede do PSD, Largo do Cruzeiro - Tabuaço

Tarouca: Avenida Vice-Almirante Adriano Saavedra, Tarouca

Tondela: Auditório Municipal Tondela - Rua Comendador Alberto Cardoso Matos, 97

Vila Nova de Paiva: Sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, Rua Cónego Manuel da Fonseca - Vila Nova de Paiva

Viseu: Sede da CPD do PSD de Viseu, Rua Eng.º Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9, Lote 15, Edifício Vasco da Gama - Viseu

Vouzela: Auditório Municipal 25 de Abril, Câmara Municipal de Vouzela

Notas: As listas candidatas à Mesa da Assembleia Distrital, à Comissão Política Distrital, ao Conselho de Jurisdição Distrital e à Comissão Distrital de Auditoria Financeira deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, na Sede Distrital, sita Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Lote 9, Edifício Vasco da Gama – Viseu, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a sede aberta, naquele dia, das 21H00 às 24H00.

As listas candidatas aos Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues aos respetivos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem o substitua, nos locais abaixo indicados, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas, em cada Secção / Local de Eleição, das 17H00 às 19H00.

SECÇÕES

AZAMBUJA

Nos termos e para efeitos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Azambuja para reunirem no **dia 11 de outubro de 2024 (sexta-feira), pela 21H00**, na sede do PSD Azambuja, sita na Av. Condes de Azambuja, n.º 43, Torre 1, Loja 3, em Azambuja, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações da Comissão Política de Secção;
2. Eleições Autárquicas de 2025.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia do PSD /Baião para reunirem no próximo **dia 12 de outubro de 2024 (sábado), pelas 17H00** na sede do Partido, sita na Rua de Camões – Campelo – Baião, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informação do Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informação da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Análise dos resultados das Eleições internas;
4. Análise da situação político-partidária concelhia e do processo eleitoral autárquico de 2025;
5. Outros assuntos.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos Regulamentos Eleitorais convocam-se a Assembleia de Secção de Castro Daire para reunirem no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), das 17H00 às 19H00** no Auditório Municipal do Palacete das Carrancas, sito na Rua Padre Américo em Castro Daire, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção;
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas a cada órgão devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até ao terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ou na seguinte morada: Rua Central n.º 200 Moledo, 3600-460 Moledo.

MIRANDELA

Ao abrigo do disposto nos artigos 53.º e 54.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela para reunirem no próximo **dia 25 de outubro de 2024 (sexta-feira), às 21H15**, na sede local, sita no Grande Hotel Dom Dinis, Av. Nossa Sr.ª do Amparo, 5370-210 Mirandela, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação Política local;
3. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 69.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a reunião da Assembleia de Secção iniciar-se-á decorrido trinta minutos com qualquer número de presenças.

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia de Secção do PSD de Moimenta da Beira, para reunirem no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00**, sendo o local de votação na Av. Leodomiro, n.º 48 – Alto da Portela – 3620-1692 Leomil – Moimenta da Beira, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção;
- Eleição da Mesa de Assembleia de Secção.

Notas: As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Viseu do PSD, ou a quem o substituir, até às 24H00 do terceiro dia ao ato eleitoral, na sede Distrital do PSD, Rua Eng.º Moreira Rodrigues, lote – 9 Edifício Vasco da Gama – Viseu
As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

MOURÃO

Ao abrigo do disposto no Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Mourão, para reunir no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), pelas 18H00**, na sede concelhia, sita na Praça da República, n.º 9, 1º, 7240-233 Mourão, coma seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
 - Eleição da Comissão Política de Secção;
 - Eleição da Mesa de Assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Évora ou a quem estatutariamente o substitua, até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (t/m: 963070470) na sede distrital do PSD, sita em Praça Joaquim António de Aguiar n.º 12- Fração AD e AE Loja 22 e 23 – 7000-510 Évora.*

As urnas estarão abertas das 18H00 às 20H00 do dia 2 de novembro de 2024.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo do art.º 54 dos Estatutos do PSD, convoco os militantes da Assembleia de Secção de Oliveira do Hospital, para uma reunião a realizar no próximo **dia 25 de outubro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00**, na sede da Secção, sita na Rua António Canastrinha, n.º 1º, B com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação Política;
2. Eleições autárquicas- ponto de situação;
3. Outros assuntos.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e em consequência da remarcação do 42º Congresso Nacional, desconvoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Paredes, marcada para o próximo **dia 19 de outubro de 2024 (sábado), entre as 14H30 e as 19H00**, na sede do PSD Paredes, sita na Rua 1º de Dezembro, n.º 45 convoca-se e (remarca-se) a mesma para o dia 9 de novembro de 2024 (sábado), entre as 14H30 e as 22H00, para o mesmo local e com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
 - Eleição da Comissão Política de Secção;
 - Eleição da Mesa da assembleia de Secção.
- Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção, na hora normal de funcionamento da sede ou até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, seguindo-se nesta data, o sorteio das listas candidatas no caso de existir mais do que uma lista.*

A urna de voto estará aberta entre as 14H30 e as 22h00 do dia 9 de novembro.

PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Penalva do Castelo, para o ato eleitoral no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00** na Junta de Freguesia de Ínsua, sita na Rua do Lar - Penalva do Castelo com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos órgãos de secção
 - Eleição da Comissão Política de Secção;
 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Rua Alexandre Herculano n.º 13 em Penalva do Castelo.*

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

TAROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distrital e Locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Tarouca, para reunir no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00**, NA Av. Vice-Almirante Adriano, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos órgãos de secção
 - Eleição da Comissão política de secção;
 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas a cada órgão devem ser entregues ao presidente de Mesa, ou a quem substitua.*

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela, para reunir em regime eleitoral, no próximo **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00**, no Auditório Municipal, sito à Rua Comendador Alberto Cardoso de Matos, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção
 - Eleição da Comissão Política de Secção;
 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: A eleição decorrerá entre as 17H00 e as 19H00.*

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no Auditório Municipal, sito à Rua Comendador Alberto Cardoso de Matos, em Tondela.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos da Secção do PSD S. João da Pesqueira para reunirem em Assembleia, no **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), pelas 17H00**, na sede da União das Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões, sita na Rua Afonso III de Leão, 5130 - 321 S. João da Pesqueira com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto Único: Eleição dos Órgão de Secção
 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 - Eleição da Comissão Política de Secção.
- Notas: A eleição decorrerá entre as 17H00 e as 19H00.*

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Rua da Torre, n.º 26, 5130 - 281 Riodades.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

SÁTÃO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes de Secção de Sátão, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunir em Assembleia, no **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00**, na sede Concelhia da Secção de Sátão, sita na Praça Paulo VI n.º 15, 2º andar, Sátão com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição do órgão de Secção
 - Eleição da Assembleia de Secção de Sátão;
 - Eleição da Comissão Política da Secção.
- Notas: As listas de candidaturas deverão ser entregues á presidente da mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.*

As urnas estarão abertas das 17H00 as 19H00.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes destas CPS, dotados de capacidades eleitoral ativa para os órgãos da Secção do PSD do Sernancelhe, para reunirem em Assembleia no **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), entre as 17H00 e as 19H00**, no Centro Municipal de Arte, sito na Rua Dr. º Oliveira Serrão 3640-240 Sernancelhe, com a seguinte

- ORDEM DE TRABALHOS:
 - Ponto único: Eleição dos Órgão de Secção
 - Eleição da Comissão Política de Secção;
 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, deverão ser apresentadas ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada acima indicada.*

As urnas estarão abertas das 17H00 as 19H00.

NÚCLEOS

SÃO FÉLIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD; convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha, para reunir no **dia 2 de novembro de 2024 (sábado), às 16H30**, em sistema de urna aberta, na Rua de São Félix n.º 940, 4410-507 São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia (local da antiga farmácia), com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Núcleo do PSD de São Félix da Marinha ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A sede estará aberta para receção de listas, no último dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas entre as 16H30 e as 19H00.

ERRATA

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo **dia 9 de novembro de 2024 (sábado), pelas 15H00**, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua Tenente-Coronel Afonso do Paço, lote 1, Loja 46, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto único: Eleição dos Órgão de Secção
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas ao Órgãos de Secção devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Viana Do Castelo, ou a quem estatutariamente e ou legalmente o substitua, na morada da sede acima indicada, entre as 20H00 e as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorre entre as 15H00 e as 19H00 na Sede do PSD, sita na Rua Tenente-Coronel Afonso do Paço, Lote 1, Loja 46- 4900-479 Viana do Castelo.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Felgueiras, para reunir no **dia 09 de novembro pelas 14h30** na sede do PSD/JSD concelhia, sita na Rua Luís de Camões - Loja - R/C 4610-196 Felgueiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação do plano de atividades;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD Ílhavo, para o Plenário Concelhio, no **dia 12 de outubro de 2024, pelas 14h00**, na Sede Concelhial, sita em Av. 25 de Abril, Bl. A - 1.º Dt. Edf. ILLIABUM, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Outros assuntos.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Santa Comba Dão, para reunirem no **dia 10 de novembro (domingo) de 2024, pelas 14:30h**, em Auditório Municipal Santa Comba Dão, Rua Dr. Luís Albano, n.º 2, 3340-372 Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhial e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Santa Comba Dão.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16h30. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas pode ser entregue via online, através do email da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu viseujsdmesadistrital@gmail.com.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da JSD Torres Vedras para reunir em plenário concelhio, no próximo **dia 09 de novembro de 2024, sábado, pelas 17h30m**, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 1.º de Dezembro, n.º 43 B, 2560-300 Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional;
- 2 – Balanço de mandato da CPC e informações;
- 3 – Análise da política local: Autárquicas 2025;
- 4 – Outros assuntos.

NESD/FDL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, para reunir no **dia 17 de outubro de 2024, das 13 horas às 17h00m**, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário NESD-FDL

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Coordenadora do Gabinete de Ensino Superior da distrital de Lisboa e/ou ao Presidente de Mesa do Plenário NESD-FDL, até às 23h:59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.